



## Relato da reunião ordinária do CD EPSJV

16 de abril de 2020

PAUTA

### **Plano de Trabalho do Centro Colaborador**

A Direção lembrou que, como informado nas reuniões do CD EPSJV no final de 2019, a Coordenação de Cooperação Internacional (CCI), em articulação com os diversos setores e laboratórios da EPSJV, está elaborando o Plano de Trabalho (PT) da Escola como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, para o processo de redesignação pela OMS, que teve início em janeiro de 2020. O PT deve ser concluído até o mês de maio para que seja apreciado pelo CD EPSJV antes de ser enviado à Opas/OMS.

O coordenador da CCI observou que as discussões com os laboratórios e setores ficaram um pouco prejudicadas por causa da época de férias e do trabalho remoto, por causa da pandemia, mas que a CCI conseguiu conversar com alguns grupos. Ele sugeriu que os laboratórios e setores enviem suas sugestões para que a Direção e a CCI avaliem as propostas. Ele disse que a CCI está à disposição dos grupos para fazer reuniões virtuais e discutir propostas para o Plano de Trabalho.

Ele informou ainda que, desde janeiro de 2020, a Escola está dialogando com a Opas sobre a construção do Plano de Trabalho e que, a princípio, o prazo de envio permanece o mesmo – maio de 2020. A assessora da Opas, Silvia Cassiane, sugeriu à Escola que fosse incluído no Plano de Trabalho um estudo sobre os trabalhadores técnicos de Enfermagem, pelo fato de 2020 ser o ano da Enfermagem. A Escola fez questionamentos sobre isso e aguarda o retorno da Opas.

A coordenadora do Laborat disse que seu grupo não discutiu o assunto nos colegiados, que estão sendo realizados virtualmente, porque entenderam que não havia mais tempo para enviar as sugestões. Disse que, diante da informação que ainda é possível enviar propostas, vai tentar pautar o assunto nos colegiados do laboratório, mas ressaltou que talvez o grupo não tenha condições de pensar propostas neste momento.

A coordenadora do Lires disse que enviou para a CCI sugestões baseadas nas ações já previstas no planejamento de 2020 do laboratório para que fosse avaliado o que é pertinente para ser incluído no Plano de Trabalho do Centro Colaborador.

O coordenador do Labform disse que o grupo não conseguiu discutir sobre o assunto, devido à suspensão das aulas e a consequente demanda de produção de materiais de estudo para os estudantes. Ele disse que vai tentar agendar uma conversa com a CCI para discutir o assunto.

A coordenadora do Lateps disse que vai pautar o tema na próxima reunião do colegiado do grupo, mas informou que o laboratório pode colaborar caso seja feita

a pesquisa sobre os técnicos de Enfermagem, pois possui muitos dados qualitativos coletados durante o Projeto Saberes e que podem ser compartilhados, assim como a metodologia da pesquisa.

A coordenadora do Lic-Provoc também disse que vai pautar o tema no próximo colegiado do laboratório para que avaliem se há sugestões a fazer. A coordenadora do Labgestão disse que seu grupo teve dificuldade de se inserir nas atividades do Plano de Trabalho, mas que vai fazer um diálogo com a CCI para verificar as possibilidades de sugestão.

O coordenador da CCI reforçou que o grupo está disponível para dialogar com os laboratórios e setores e lembrou que o Plano de Trabalho prevê ações para os próximos quatro anos – de julho de 2020 a julho de 2024 – e que, portanto, podem ser inseridas ações previstas para todo esse período.

### **Curso de Capacitação em Educação e Agroecologia para Educação das Escolas do Campo**

O coordenador do Lavsa, que também é um dos coordenadores do Curso de Capacitação em Educação e Agroecologia para Educação das Escolas do Campo, informou que o curso, iniciado em 2019, recebeu recursos de uma emenda parlamentar, que só foram liberados agora em 2020. A formação, realizada na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto (EPAAEB), em Prado (BA), está sendo desenvolvida em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Com a liberação dos recursos da emenda parlamentar, abriu-se a possibilidade de continuidade das ações no território e, com isso, a coordenação do curso elaborou um projeto para a utilização dos recursos.

A coordenadora da Cogetes, que é docente e faz parte da Coordenação Político Pedagógica do curso, explicou que a emenda vai viabilizar financeiramente e impulsionar ações que a Escola Egídio Bruneto já desenvolve no território e permitir desdobramentos a partir do curso realizado. Entre as ações, estão: dar continuidade à formação em educação e agroecologia e ampliar iniciativas já realizadas pela Escola da Bahia. Como desdobramentos do curso, estão previstos o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos projetos de intervenção elaborados pelos estudantes para o trabalho de conclusão de curso; a realização de um seminário integrador para socializar as experiências de intervenção em agroecologia; e uma publicação sobre as experiências e os projetos de intervenção. A emenda foi aprovada pelo CD.

### **Plano de tarefas individual**

O vice-diretor de Gestão informou que a Direção fez uma consulta à Cogepe, que sugeriu que fosse recomendado a todos os trabalhadores que façam algum tipo de registro de suas tarefas executadas ao longo de cada mês, além do Plano de Trabalho Remoto (PTR) que será enviado mensalmente à Seção de Gestão de Pessoas (SGP) da Escola, por determinação da Cogepe. O objetivo do registro é que, caso haja, futuramente, algum tipo de questionamento pelos órgãos de controle sobre o trabalho realizado de maneira remota, os trabalhadores possam informar com mais detalhes suas atividades durante o período de isolamento social, considerando que o Plano de Trabalho não precisa trazer detalhes de cada etapa de uma atividade.

A sugestão da Direção, que foi acatada por todos os membros do CD EPSJV, é que cada um defina a melhor maneira de fazer esse tipo de registro pessoal (escrever ao final do dia ou da semana o que realizou naquele período, por exemplo). Esse registro não precisa ser enviado a ninguém, sendo solicitado apenas se houver algum questionamento externo.

O vice-diretor solicitou que quem ainda não enviou os PTR dos meses de março e abril, enviem o mais rápido possível para a SGP, pois o prazo final de envio era o dia 15 de abril.

A coordenadora do Laborat informou que a questão dos Planos de Trabalho foi discutida no colegiado do laboratório e houve sugestões dos trabalhadores que fossem registradas não apenas as atividades realizadas, mas também que houvesse algum tipo de registro das angústias e dificuldades das pessoas, que podem afetar a capacidade produtiva delas.

A coordenadora do Lic-Provoc ressaltou que o impacto do isolamento social sobre as pessoas é muito diverso e que é preciso ter cuidado com aquilo que possa estar dificultando, fisicamente ou emocionalmente, que o trabalhador consiga executar suas tarefas.

A coordenadora do Latec também destacou o impacto emocional da quarentena na vida das pessoas e lembrou que alguns profissionais exercem um trabalho essencialmente presencial.

A coordenadora do Lires disse que alguns trabalhadores do laboratório já estavam fazendo o registro particular de suas atividades e que o Lires optou por inserir tarefas mais amplas nos Planos de Trabalho.

O vice-diretor de Gestão disse que todos compreendem que o trabalho remoto não pode ser comparado ao trabalho desenvolvido presencialmente e que no Plano de Trabalho não há necessidade de detalhar as atividades.

### **Cesta básica para estudantes da EPSJV em tempos de pandemia**

O vice-diretor de Ensino da EPSJV informou que, com o distanciamento social e a suspensão das aulas, a Direção verificou que parte dos alunos que era atendida pela Escola com a alimentação, ficou muito prejudicada. Com isso, a Direção pensou na possibilidade de usar os recursos do PNAE e do contrato do serviço de alimentação para oferecer, mensalmente, cestas básicas aos estudantes que já eram atendidos pelo serviço de alimentação, incluindo os alimentos *in natura* fornecidos pela agricultura familiar ao bandeirão da EPSJV.

A Escola fez uma consulta à Procuradoria da Fiocruz para verificar se havia algum impedimento legal em usar os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do recurso estabelecido em contrato para o fornecimento de alimentação aos alunos da EPSJV para a compra dos alimentos para as cestas básicas. Se a Procuradoria confirmar a possibilidade, serão tomadas todas as medidas necessárias para a distribuição dos alimentos, observando as medidas de higiene e segurança para todos os trabalhadores e estudantes.

A coordenadora do Lires perguntou se era possível incluir as alunas do Curso de Doulas no grupo de estudantes que irá receber a cesta de alimentos. Ela ressaltou que essas mulheres são profissionais autônomas e estão enfrentando dificuldades financeiras para o sustento de suas famílias. Ela informou que a equipe do curso e a Associação de Doulas fez uma campanha de arrecadação de recursos e que, com o dinheiro arrecadado, vão distribuir vales-alimentação para 13 alunas do curso que

estão em maiores dificuldades. Mas ela destacou que isso foi uma ação pontual e que, como o cenário atual deve perdurar por alguns meses, gostaria de solicitar a inserção dessas 13 alunas no grupo de beneficiados.

O vice-diretor de Ensino explicou que o cálculo da quantidade de cestas foi feito a partir do número de alunos que já eram atendidos pelo bandeirão e que incluir mais estudantes demandaria novos estudos. Ele esclareceu ainda que a Escola buscou o respaldo da Procuradoria, assim como dar ciência ao CD EPSJV, caso haja, futuramente, algum questionamento por parte do Ministério Público.

A Direção explicou que o fato de atender apenas aos alunos que já usavam o serviço de alimentação também se deve a questões jurídicas, tendo em vista que os recursos são da Educação Básica. Informou ainda que foi aumentado o valor da bolsa dos alunos que apresentam demanda social e que está sendo avaliada a possibilidade de inserção das novas demandas.

A Direção esclareceu ainda que os recursos do PNAE são destinados à Educação Básica, por isso, reconhecendo a importância da iniciativa emergencial do Lires, sugeriu que o laboratório mantivesse a campanha de doação para as doulas.

## INFORMES

### **Licitação do contrato de terceirização de gestão**

O vice-diretor de Gestão informou que o grupo de trabalho finalizou alguns estudos importantes para o documento de licitação do novo contrato de terceirização dos trabalhadores da gestão e que o projeto básico seria enviado, no dia 17 de abril, para a Procuradoria da Fiocruz. Quando o documento voltar da Procuradoria, a Escola faz os ajustes necessários, finaliza e lança o edital para dar início ao processo de licitação.

### **Ações desenvolvidas pela EPSJV no contexto da pandemia**

A Direção informou que a Escola vem desenvolvendo diversas ações coletivas, durante o período de pandemia, voltadas para diversos públicos e objetivos.

Entre as ações, estão a produção de materiais para os estudantes do Ensino Médio, que estão sendo disponibilizados no Portal EPSJV; a produção de materiais para os agentes de saúde, também disponível no site da Escola; a produção de conteúdo pela equipe da CCDE (como vídeos, podcasts, matérias jornalísticas e lives nas redes sociais); a manutenção das orientações, qualificações e defesas do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV; o incremento do trabalho com as populações mais vulneráveis e sobre a saúde indígena.

A Direção informou que todo o trabalho coletivo está disponível no site e nas redes sociais da Escola e convidou a todos para que acessem o site e conheçam as produções realizadas.

A Direção agradeceu ao trabalho de todos os setores e laboratórios que estão trabalhando em conjunto para a realização das ações, a produção dos materiais e conteúdos para o site e a manutenção das atividades essenciais da Escola, de forma presencial ou remota.

### **Reunião com a SGTES sobre proposta de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da área da saúde**

O vice-diretor de Ensino participou, representando a EPSJV, de duas reuniões convocadas pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde, nos dias 8 e 14 de abril, para discutir a atualização dos cursos da área de saúde do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. A primeira reunião foi breve e contou com a participação de representantes de três instituições (EPSJV, Associação Nacional das Santas Casas e Conselho Federal de Enfermagem). Na ocasião, foi indicado que haveria outros encontros e que um Grupo de Trabalho faria a análise das contribuições das instituições para cada curso.

A segunda reunião teve a participação de representantes de mais instituições, de diversos segmentos. Na ocasião, o vice-diretor de Ensino da EPSJV questionou o fato do grupo não incluir uma representação da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), da Rede Federal EPCT e da Comissão Intersectorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde. Após o questionamento, a coordenadora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), Vanessa Murтинho, disse que, para o Ministério, a representante da RET-SUS era a Escola Politécnica, que a Rede EPCT estava representada pelo professor Luciano Toledo e que, no entendimento do Ministério, a representação do CNS não cabia naquela discussão.

O vice-diretor se mostrou surpreso com o fato de a EPSJV ser designada como representante da RET-SUS, sem que houvesse uma designação oficial, e apresentou uma demanda sugerida pelo GT da EPSJV, que foi formado para discutir a atualização do catálogo de cursos técnicos. O GT da Escola pediu esclarecimentos sobre a relação entre a atualização do catálogo e o trabalho desenvolvido em 2019 sobre a atualização das diretrizes curriculares para os cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias (ACE).

Vanessa Murтинho disse que a consolidação das discussões de 2019 sobre ACS e ACE foi analisada por um grupo de especialistas e, após apreciação do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, seguiu para impressão na gráfica do Ministério.

Como a próxima reunião estava marcada para o dia 24 de abril, o vice-diretor de Ensino solicitou ao CD EPSJV que discuta a pertinência de a Escola ser a representante da RET-SUS nessa discussão, mesmo sem ter sido designada oficialmente pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), e também de continuar participando das reuniões.

A Direção ressaltou que, se a Escola decidir que continuará participando das discussões, é necessário fazer uma articulação com as ETSUS para legitimar ou não a representação da Rede pela EPSJV. O vice-diretor de Ensino lembrou também que a Escola deve definir quais as propostas irá apresentar nas discussões de atualização do catálogo de cursos técnicos.

A coordenadora do Lic-Provoc sugeriu que o GT da EPSJV estabeleça condições para a permanência da Escola nessa discussão, garantindo um lugar mais sólido no caso de a EPSJV assumir oficialmente a representação da RET-SUS nesse processo.

A coordenadora do Lateps sugeriu que a EPSJV acompanhe o processo como uma observadora analítica qualificada, avaliando a forma de participação da escola nesse processo. Em sua avaliação, a Escola não deve assumir a representação da RET-SUS, por designação do Ministério da Saúde, mas deve participar como representante da Fiocruz, pois é a unidade referência na instituição para a formação de técnicos. Ela sugeriu ainda que a Escola faça uma articulação com as ETSUS para unir forças e, se for o caso, ser designada como representante da RET-SUS pelo coletivo das escolas da rede.

O vice-diretor de Ensino disse que, se o CD EPSJV assim decidir, a Escola fará a articulação com as escolas da RET-SUS para que seja definido um representante da rede, que poderá ou não ser a EPSJV, para que participe das reuniões na SGTES, fortalecendo as ETSUS na discussão.

O coordenador do Labform também defendeu que a EPSJV articule com a RET-SUS a questão da representação oficial da Rede nas reuniões e que, caso a Escola não seja designada representante oficial, continue participando das reuniões como representante da Fiocruz para defender suas posições.

A chefe de gabinete lembrou que a RET-SUS não tem mais uma secretaria executiva e que a lógica da rede não existe mais institucionalmente. Ela defendeu que, como existe uma forte participação do setor privado nesse processo, que a Escola participe das reuniões e também articule com a RET-SUS a designação de um representante da rede, para fortalecer o setor público na discussão do catálogo de cursos técnicos.

A direção sugeriu que fossem definidos como encaminhamentos a articulação, pela EPSJV, de uma reunião com os representantes das ETSUS para discutir sobre a designação de um representante da Rede; manter o CD EPSJV e o GT da EPSJV em estado permanente de discussão sobre o tema; e fazer uma articulação com a Rede EPCT sobre a participação nas reuniões.

A coordenadora do Lateps sugeriu ainda que a Direção da EPSJV faça contato com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) para se colocar à disposição como interlocutora do conselho na discussão sobre o catálogo dos cursos técnicos. A Direção disse que vai construir essa interlocução também.

### **CD Fiocruz**

A Direção informou que o CD Fiocruz está se reunindo semanalmente (toda quinta-feira), de forma virtual, e que a Fundação instituiu um ponto focal em cada unidade, que está responsável por indicar as ações que cada unidade está realizando. Na EPSJV, o ponto focal é a chefe de gabinete da Direção.

No contexto internacional, a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, participou de uma reunião com líderes de saúde de diversos países e com o diretor da OMS, na qual foram destacadas três questões principais: a velocidade de propagação do coronavírus, a gravidade da doença e os impactos sociais e econômicos profundos que a pandemia vai trazer. Também no contexto internacional, o Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) foi designado Laboratório de Referência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Covid-19 nas Américas.

Entre as ações da Fiocruz para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, estão a construção do Centro Hospitalar para Pandemia de Covid-19, no campus do Rio de Janeiro; a participação, por meio do INI, no ensaio clínico Solidarity, da OMS – uma pesquisa sobre a ação de antirretrovirais contra a Covid-19; a instalação do Observatório Covid-19; o Programa Unidos Contra a Covid-19, uma rede solidária de parcerias para ações contra o coronavírus; o lançamento de uma chamada pública para ações emergenciais para populações mais vulnerabilizadas; a intensificação do processamento de exames de testagem da Covid-19; e o lançamento da Campanha “Se Liga no Corona”, em parceria com os movimentos sociais, entre outras iniciativas.

Também tem sido pauta permanente no CD Fiocruz a questão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais de saúde da instituição; e as ações do Nust para apoio a questões de saúde física e mental dos trabalhadores da Fiocruz.

Também foi apresentada no CD Fiocruz uma análise de resultados e tendências da Fiocruz na mídia, que mostrou o impacto positivo do papel da Fiocruz na mídia e que a instituição é considerada uma referência pela imprensa em questões de saúde e ciência.

### **Área de convivência**

A Direção fez uma articulação com a Cogic para que a empresa que está realizando a obra do Centro Hospitalar da Fiocruz faça também a obra de terraplenagem da área onde será construído o Espaço de Convivência da EPSJV.

### **Projeto de pesquisa**

A professora-pesquisadora Mariana Nogueira, do Laborat, recebeu um convite da Rede de Políticas Públicas, Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (PMA), da Fiocruz, para participar da elaboração de um projeto de pesquisa emergencial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Em parceria com o Lateps, Labgestão, Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz e a Fiocruz Ceará foi montado um projeto, que foi aprovado e começará a ser executado em breve.

O coordenador do Lavsa perguntou se os Agentes de Combate a Endemias (ACE) seriam incluídos no projeto também, ressaltando a importância da Vigilância em Saúde. A coordenadora do Laborat informou que o projeto é direcionado aos ACS.

A coordenadora do Laborat disse que considera pertinente a inclusão dos ACE, mas que o pedido foi direcionado para um projeto com os ACS e que o grupo está com dificuldades de ampliar o projeto para um número maior de agentes.

### **Fluxo de publicações**

A Direção informou que, em conversa com o Conselho de Política Editorial (CPE) da Escola, ficou definido que, temporariamente, o fluxo para aprovação de publicações será alterado. Dessa forma, os materiais produzidos devem passar pela avaliação dos colegiados dos laboratórios, em seguida, enviado para a Direção, informando que foi avaliado e aprovado pelo colegiado. Depois disso, a Direção envia o material para a CCDE para que seja iniciado o processo de produção gráfica.

### **Promoção da saúde**

O coordenador do Lavsa informou que o Grupo de Trabalho "Água, Saneamento e Saúde", da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção de Saúde da Fiocruz subscreveu a Carta Aberta do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), que demanda do poder público a implementação de medidas emergenciais e estratégicas relativas ao saneamento e acesso à água, a fim de reduzir os impactos da crise nos segmentos mais pobres e vulneráveis da população brasileira. Ele solicitou que os conselheiros da EPSJV ajudem a divulgar o documento.

### **Alojamento**

O vice-diretor de Gestão informou que, como a Escola está sendo usada como alojamento para os trabalhadores da obra do Centro Hospitalar da Fiocruz, foi disponibilizado um banheiro para uso exclusivo do público feminino que precisa ir à EPSJV. A chave desse banheiro deve ser solicitada na portaria da Escola.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)  
Alexandre Pessoa (Lavsa)  
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
Anamaria Corbo (Direção)  
Bianca Borges (Lires)  
Camila Borges (Laborat)  
Carlos Maurício (VDEI)  
Daniel Souza (Labform)  
Etelcia Molinaro (Latec)  
Helifrancis Condé (CCI)  
Ingrid D'Avilla (Cogetes)  
José Orbílio (VDGDI)  
Marise Ramos (Lateps)  
Raquel Moratori (Labgestão)  
Sergio Oliveira (VDPDT)